



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 1 de 37

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**TERMO DE REFERÊNCIA N.º 11 / 2023**

OBJETO	Contratação da Fundação Universidade de Brasília (UnB), por dispensa de licitação, para prestação de serviço de desenvolvimento institucional, por intermédio da realização de um curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado), do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), com carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, conforme as necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).
PROCESSO	00600-00004158/2023-85-e
ESTIMATIVA	R\$ 900.000,00
REGIME	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
FORMA	DISPENSA DE LICITAÇÃO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ÁREA ADMINISTRATIVA Oswaldo Junqueira Vaz Júnior Darlan Lima Carneiro	TELEFONE: (61) 3314-2870 EMAIL: spc@tc.df.gov.br
EQUIPE REQUISITANTE Ivana Campos Dessen Tatianne Cristine Oliveira Hatem	TELEFONE: (61) 3314-2518 EMAIL: escon@tc.df.gov.br



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 2 de 37

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação da Fundação Universidade de Brasília (UnB), por dispensa de licitação, **para prestação de serviço de desenvolvimento institucional, por intermédio da realização de um curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado)**, do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), com carga horária de 360 **(trezentos e sessenta)** horas/aula, conforme as necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. **Desenvolvimento do corpo de colaboradores do TCDF, para fins de atendimento ao interesse público secundário quanto à formação de profissionais treinados, qualificados e aperfeiçoados no ramo de atendimento às áreas internas desta Corte de Contas.**

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de direito

2.2.1.1. Conforme estabelecido no art. 3º, inciso V, da Lei nº 5.286, de 30 de dezembro de 2013, a Escola de Contas Públicas do TCDF (Escon) tem como competência promover cursos de especialização, em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, mediante convênio celebrado com instituições de ensino superior, em temas relacionados à missão do TCDF.

2.2.1.2. Além disso, ainda conforme o estabelecido no art. 77, inciso X, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, é da competência dos ocupantes de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções de confiança de direção, chefia e supervisão, as atribuições inerentes ao papel gerencial e de caráter geral as seguintes atividades como explicitar a necessidade, a motivação, os resultados a serem alcançados, a especificação técnica, as quantidades e o orçamento de contratação de bens e serviços pertinentes a sua área de atuação.

2.2.2. Razões de fato

2.2.2.1. Em levantamento realizado em setembro de 2022, menos de 6% dos servidores do TCDF declararam ao Órgão possuírem o grau de instrução de mestrado ou estarem cursando um curso de mestrado - 38 (trinta e oito) servidores já declararam possuir o certificado de mestre e 6 (seis) servidores estão cursando

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 3 de 37

2.2.2.2. A demanda foi confirmada por meio de pesquisa de interesse aplicada no mesmo período, na qual 44 (quarenta e quatro) servidores manifestaram interesse em participar do referido curso.

2.2.2.3. Em pesquisa de boas práticas com outros Tribunais de Contas do Brasil, identificou-se que 12 (doze) tribunais já oferecem a seus servidores cursos em nível de mestrado strictu sensu (dos Estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Piauí, Rondônia, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins).

2.2.2.4. A Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas entende que a formação em mestrado é um diferencial necessário para que:

- a) os servidores adquiram conhecimentos avançados das temáticas de interesse do Órgão - tendo contato com o que há de mais consolidado na teoria e com as inovações científicas emergentes nas temáticas de interesse;
- b) os servidores desenvolvam no Órgão uma cultura de fomento ao pensamento analítico e de tomada de decisões baseada em dados;
- c) o TCDF tenha sua imagem institucional fortalecida no ambiente externo, a partir de dados formais de qualificação do corpo técnico;
- d) se amplie o corpo de potenciais instrutores internos para disseminação do conhecimento técnico na organização.

2.2.2.5. **Necessário destacar que** formar servidores em nível de mestrado está alinhado ainda com Planejamento Estratégico do TCDF (2020-2023), assim compreendidas as ações que podem, em potencial, contribuir para a organização passar do patamar em que ela se encontra para aquele idealizado em sua Visão de Futuro, que é “Ser reconhecido por sua atuação tempestiva e efetiva no exercício do controle externo e na promoção de uma administração pública de qualidade.”

2.2.2.6. Ademais, o projeto guarda direta correlação com os seguintes Objetivos Estratégicos, tendo por base o conteúdo programático do curso e seus objetivos específicos:

- 1. Contribuir para a melhoria da gestão e da governança pública.
- 8. Otimizar a avaliação dos resultados nas ações de controle externo.
- 10. Desenvolver competências para a concretização dos objetivos estratégicos.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 4 de 37

- 12. Fortalecer a motivação e o engajamento do servidor.
- 14. Fomentar a inovação e a gestão por resultados

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1. **Desenvolvimento de servidores, por intermédio da** realização de uma turma do Mestrado Profissional em Administração Pública.

2.3.2. **Aprimoramento do quadro de servidores do TCDF, de forma a alavancar suas competências pessoais e laborais, frente aos seguintes campos intelectuais:**

- **Desenvolvimento intelectual segundo** as teorias, técnicas, práticas e novas metodologias da administração pública;
- Atuação na mensuração e avaliação das políticas públicas fiscalizadas pelo TCDF;
- **Aperfeiçoamento do** raciocínio analítico e crítico para o desempenho das atribuições laborais;
- Análise e tomada de decisões assertivas e eficientes;
- **Melhoria da** produtividade e entrega de valor aos cidadãos; e
- **Aumento da** contribuição para o alcance dos objetivos **operacionais e** estratégicos do TCDF.

2.4. DA RAZÃO DA ESCOLHA DESTA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A **Fundação** Universidade de Brasília (UnB) é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão que detém o reconhecimento internacional pela promoção da excelência no desenvolvimento de suas ações. Em 2018, a UnB classificou-se como a 16ª melhor universidade da América Latina, 11ª do Brasil, subindo, somente em 2018, 200 (duzentas) posições no ranking mundial (THE, 2018). No âmbito da pós-graduação stricto sensu, atualmente, a UnB oferece 166 (cento e sessenta e seis cursos, sendo 70 (setenta) doutorados, 84 (oitenta e quatro) mestrados e 12 (doze) mestrados profissionais.

2.4.2. A UnB é a única instituição no Distrito Federal que, desde 1976, mantém linhas de pesquisas permanentes em áreas e temas diretamente relacionados aos conteúdos contemplados no curso em comento.

2.4.3. A reputação da instituição em pauta também se faz patente mediante o elevado histórico de excelentes avaliações dos cursos de pós-graduação, de mestrado e de doutorado, de acordo

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 5 de 37

com os critérios estabelecidos e aferidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

2.4.4. No que se refere particularmente ao Mestrado Profissional em Administração Pública, o curso recebeu a avaliação pela CAPES, de nota 5 (cinco), a nota máxima obtida para mestrados profissionais.

2.4.5. Além disso, o custo por servidor desenvolvido, frente aos outros institutos de pesquisa no âmbito do Distrito Federal, compensa a presente ação de desenvolvimento. Pois, o valor a ser despendido pela Corte de Contas foi constatado ser o mais vantajoso economicamente.

2.4.6. Importante ressaltar que os docentes do Programa de Pós-Graduação em Administração que ministrarão o referido curso possuem formação em nível de doutorado, sendo a maior parte pós-doutores com vasta experiência no desenvolvimento de pesquisas técnicas e aplicadas com órgãos públicos. Tais pesquisas têm gerado publicações técnicas e científicas que são destaque no Brasil e no mundo. Os professores do MPA atuam ministrando disciplinas e orientando os discentes, e são escolhidos no Programa de Pós-Graduação em Administração para atuarem no curso de acordo com os temas de interesse do Tribunal de Contas.

2.4.7. Em virtude de todo o exposto, a presente contratação junto à UnB se demonstra oportuna e necessária comparando com os objetivos organizacionais. Além de que, a questão econômica se faz presente no preço apresentado, comparando com o do mercado e da própria entidade contratada com outros órgãos públicos. Não obstante, a capacidade técnica na produção dos resultados é suficiente e oportuna haja vista o conjunto de profissionais voltados à pesquisa e desenvolvimento científico que estarão voltados a realização das atividades acadêmicas.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1.1. Prestação de serviço de Desenvolvimento Institucional, por intermédio da realização de um curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado), em que será realizado no período de 24 (vinte e quatro) meses.

3.1.2. O curso compreende 360 (trezentos e sessenta) horas/aula - equivalentes a 24 (vinte e quatro) créditos da Universidade de Brasília. Essas horas-aula se dividem entre 5 (cinco) disciplinas obrigatórias (grupo A), que compreendem 240 (duzentas e quarenta) horas/aula, e um conjunto de disciplinas optativas a serem escolhidas pela Escola de Contas. Entre as disciplinas optativas, que compreendem as demais 120 (cento e vinte) horas/aula, há uma lista das que

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 6 de 37

possuem ementas pré-definidas (grupo B) que podem ser selecionadas. Há, ainda, disciplinas com ementas livres (grupo C) que podem ser customizadas para atender a temas emergentes de interesse do TCDF.

A. Disciplinas obrigatórias (240 horas/aula - 16 créditos)

- Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicadas à Administração (30h);
- Estatística Aplicada à Administração (60h);
- Administração e Estratégia em Organizações (60h);
- Administração Pública Contemporânea (60h);
- Oficina de Elaboração de Dissertação (30h).

B . Disciplinas optativas de ementa fechada

- Administração Pública Comparada (60h);
- Competência e Aprendizagem em Organizações (60h);
- Educação Corporativa, Elaboração e Avaliação de Programas e Projetos Sociais (60h);
- Estado, Governo e Políticas Públicas (60h);
- Formulação de Políticas Públicas (60h);
- Gestão de Pessoas e Trabalho (60h);
- Gestão da Informação e do Conhecimento (60h);
- Gestão, Estratégia e Responsabilidade Social (60h);
- Inovação em Serviços (60h);
- Métodos de Análise Multivariada (60h);
- Modelos de Análise de Política Orçamentária (60h);
- Modelos de Avaliação de Programas Governamentais (60h);
- Mudança Organizacional, Poder e Cultura nas Organizações (60h).

C. Disciplinas optativas de ementas customizáveis

- Tópicos Especiais em Administração Contemporânea (30h);
- Tópicos Especiais em Administração de Organizações (30h);
- Seminários de Pesquisa em Administração (60h).



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 7 de 37

3.1.3. Além das disciplinas que compõem a carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, a UnB poderá ofertar, sob demanda, missões de estudo com duração de uma ou duas semanas em universidades internacionais de renome. O custeio da missão internacional de estudos é de responsabilidade do discente, porém, é prevista a emissão de certificados pela universidade conveniada, bem como concessão de créditos equivalentes à grade curricular do mestrado da UnB.

3.1.4. Serão oferecidas um total de até 25 (vinte e cinco) vagas com entrada única – ou seja, uma turma única fechada – formada por alunos que ingressam em um único semestre.

3.1.5. As vagas serão distribuídas em 23 (vinte e três) para servidores do TCDF, 1 (uma) para servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal e 1 (uma) para servidores da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

3.1.6. A UnB poderá abrir até mais 3 (três) vagas na turma para cidadãos, de forma geral, que cumpram os requisitos do edital.

3.1.7. O processo de seleção dos servidores interessados será às cegas (*blind review*), conduzido pela Universidade de Brasília, com edital elaborado em conjunto com a Escola de Contas no qual serão definidos os critérios de seleção dos candidatos.

3.1.8. O título de Mestre em Administração Pública será concedido aos discentes que concluírem com êxito os 24 (vinte e quatro) créditos de disciplinas no prazo de até 18 (dezoito) meses, bem como concluir com êxito a apresentação e defesa de trabalho final, que consiste na dissertação baseada em pesquisa aplicada, para mestrado, conforme prazos abaixo:

3.1.8.1. Qualificação de projeto de pesquisa no prazo de 14 (catorze) meses.

3.1.8.2. Defesa de dissertação final no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

3.1.9. A equipe de Docentes deve ser multidisciplinar e todos devem possuir titulação em nível de doutorado, bem como ter conhecimento em Administração Pública, vasta experiência no desenvolvimento de pesquisas técnicas e aplicadas com órgãos públicos.

3.1.10. Será de responsabilidade da Universidade de Brasília organizar e realizar o processo seletivo, ofertar o número de vagas estabelecido em contrato, organizar o calendário acadêmico, ofertar as disciplinas, orientar os discentes na elaboração de seus trabalhos de conclusão de curso (dissertações), realizar as bancas de qualificação e defesa final, entre outras ações para a boa condução da formação dos discentes.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 8 de 37

3.1.11. Todas as disciplinas deverão ser ministradas nas dependências da Escola de Contas Públicas do TCDF, podendo, em caso excepcional, serem disponibilizadas disciplinas nas dependências da Universidade de Brasília, mediante prévia autorização da Diretora da Escola de Contas.

3.3. DOS RELATÓRIOS GERENCIAIS

3.1.12. A CONTRATADA deverá fornecer, ao final do processo seletivo, ao final de cada semestre **ou quando solicitada**, relatório estatístico da frequência e avaliação de aprendizagem dos participantes.

4. MODELO DE PRESTAÇÃO E INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.1. DO MODELO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1.1. Na prestação do serviço, deverão ser observados as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos no presente Instrumento.

4.1.2. O serviço prestado dar-se-á sob o regime de empreitada global.

4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Título III (Dos Contratos Administrativos) da Lei nº 14.133/2021, o presente Instrumento, os demais Anexo(s) e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do Instrumento de Contrato.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho **ou assinar o Termo de Contrato**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após seu envio, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os proponentes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o item 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Instrumento.

4.3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. Todas as **atividades educacionais** deverão ser ministradas nas dependências da Escola de

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 9 de 37

Contas Públicas do TCDF, podendo, em caso excepcional, serem disponibilizadas disciplinas nas dependências da Universidade de Brasília, mediante prévia autorização da Diretora da Escola de Contas.

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do ajuste, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão da contratação e pela verificação de aderência dos serviços realizados e entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela prestação e gestão dos recursos humanos necessários.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.2.1. Designar servidor ou comissão, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;

5.2.2. Relacionar-se com a CONTRATADA somente por meio de pessoa por ela credenciada;

5.2.3. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no Instrumento convocatório e demais anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas;

5.2.4. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;

5.2.5. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

5.2.6. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;

5.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários pertinentes ao cumprimento contratual, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus empregados e representantes;

5.2.8. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos funcionários da CONTRATADA a suas dependências, para fins de cumprimento contratual;

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 10 de 37

5.2.9. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente Instrumento;

5.2.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, por descumprimento das obrigações assumidas.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.3.1. Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do ajuste, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade devido a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pelo CONTRATANTE;

5.3.2. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

5.3.3. Manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas no presente Instrumento;

5.3.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no quantitativo do objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, da Lei no 14.133/2021.

5.3.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do presente Instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;

5.3.6. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do ajuste, atinentes ao atendimento desta contratação;

5.3.7. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos trabalhos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do ajuste;

5.3.8. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução das obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado;

5.3.9. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas,



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 11 de 37

previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste;

5.3.10. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o TCDF, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

5.3.11. Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto da CONTRATADA perante o CONTRATANTE, a fim de facilitar a comunicação e o encaminhamento das demandas decorrentes da contratação;

5.3.12. Disponibilização os relatórios solicitados pela equipe de fiscalização.

5.4. DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1. As disposições que tratam sobre a FISCALIZAÇÃO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo II do Edital (Minuta do Termo de Contrato).

5.5. DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES

5.5.1. As disposições que tratam sobre a VIGÊNCIA, PRAZOS E CONDIÇÕES constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo II do Edital (Minuta do Termo de Contrato).

5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1. As disposições que tratam sobre a RECEBIMENTO DO OBJETO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo II do Edital (Minuta do Termo de Contrato).

5.7. DO PAGAMENTO

5.7.1. As disposições que tratam sobre o PAGAMENTO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo II do Edital (Minuta do Termo de Contrato).

5.8. DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.8.1. As disposições que tratam sobre o REAJUSTE DE PREÇOS constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo II do Edital (Minuta do Termo de Contrato).

5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista artigo 96 (caput), e §1º, da Lei nº 14.133/2021.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 12 de 37

5.10. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as Partes.

6. ESTIMATIVA DE PREÇO

6.1. O valor total para a prestação dos serviços, objeto da presente contratação é de **R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)**, conforme detalhado na planilha do Anexo II (Estimativa de Preços e Especificações Técnicas). O valor será adimplido de forma plurianual, segundo o seguinte plano de desembolso financeiro, bem como o disposto abaixo:

6.1.1. O valor de **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais), a ser pago no exercício financeiro de 2023, após assinatura do contrato;

6.1.2. O valor de **R\$ 450.000,00** (quatrocentos e cinquenta mil reais), a ser pago no exercício financeiro de 2024;

6.1.3. O valor de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais), a ser pago no exercício financeiro de 2025.

6.2. Os desembolsos financeiros – referentes à presente contratação – serão realizados segundo as etapas e atividades estipuladas e cumpridas no Plano de Trabalho em Anexo Único ao Termo de Contrato (Anexo II)

6.3. O preço aplicado na presente contratação se justifica dentro do mercado, uma vez que está de acordo com as contratações já realizadas pela UnB com outros órgãos públicos, bem como com o mercado privado no âmbito do Distrito Federal (DF), conforme apresentado na pesquisa realizada e juntada no processo (Estudo Técnico Preliminar – edoc 166C19AB-e).

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos produtos.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 13 de 37

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. O licitante ou o contratado, conforme o caso, será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 155, caput, da Lei nº 14.133/2021):

- 8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- 8.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou contratação;
- 8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item anterior desta cláusula as seguintes sanções:

- 8.2.1. **Advertência**, exclusivamente na hipótese da infração do Item 8.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- 8.2.2. **Multas**, nas hipóteses e formas previstas no edital e no presente Instrumento, cumulativamente com quaisquer das demais penalidades previstas nesses Instrumentos;
- 8.2.3. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, por até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.2 ao 8.1.7 desta

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 14 de 37

cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave; e

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.8 ao 8.1.12 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.2 ao 8.1.7 também desta cláusula, quando justificar a imposição de penalidade mais grave que a do Item 8.2.3.

8.3. O atraso injustificado na execução do contrato, em relação aos prazos estabelecidos, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora calculada mediante apuração em processo administrativo, segundo os percentuais a seguir.

8.3.1. Multa moratória de valor equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o custo do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.4. A inexecução parcial ou total da contratação sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa apurada em processo administrativo, segundo os percentuais a seguir.

8.4.1. Multa pela inexecução parcial de 12% (doze por cento) sobre o valor não executado do objeto da contratação.

8.4.2. Multa pela inexecução total de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do objeto da contratação.

8.5. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

8.6. No processo administrativo de apuração das multas previstas nos Itens 8.3 e 8.4, será facultada ao interessado defesa prévia a ser apresentada em até 15 (quinze) dias úteis da intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

8.7. No processo administrativo de aplicação das penalidades previstas nos Itens 8.2.3 e 8.2.4, o interessado será convocado para apresentar defesa prévia no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da intimação, conforme o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Para dar efetividade à aplicação da multa moratória prevista no item 8.3 e das multas previstas no item 8.4, será observado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para que ocorra a sua cobrança; exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de outra penalidade de mesma natureza ou mais gravosa, previstas neste Instrumento.

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 15 de 37

8.9. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

8.10. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, bem como da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Sugere-se que seja adotada a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para fins de prestação de serviço de realização de desenvolvimento de servidores, por intermédio da realização de um curso de Pós-graduação *Strictu Sensu* (Mestrado), conforme projeto de ensino elaborado junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos definidos neste Instrumento, nos termos do art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. A contratação é **dispensável a licitação**, uma vez que o objeto se destina à prestação de serviço realizados pela UnB, mediante **ações de atividades acadêmicas para profissionais com foco no desenvolvimento institucional**, dentro do seu ramo de atuação, o que reforça a aplicação do enquadramento no art. 74, **inciso XV**, da mencionada Lei Nacional.

9.1.3. No valor apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento **do objeto contratado**.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, a PROPONENTE deverá apresentar documentação de habilitação complementar, imediatamente, após sua convocação, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 16 de 37

10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. O presente Termo de Referência possui fundamento nos normativos abaixo relacionados e nos que vierem a substituí-los, desde que preservados os interesses da Administração e o seu direito de avaliação da conveniência e oportunidade:

10.1.1. Lei nº 14.133/2021;

10.1.2. Decreto Distrital nº 44.330/2023;

10.1.3. Resolução TCDF nº 273/2014;

10.1.4. Instrução TCDF nº 3/1997.

11. DOS ANEXOS

11.1. ANEXO I – ESTIMATIVA DE PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;

11.2. ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.

12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. São responsáveis pelo presente Termo de Referência o chefe da Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas (COOSEP) e o Supervisor da Supervisão de Planejamento da Contratação (SPC).

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 17 de 37

ANEXO I - ESTIMATIVA DE PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	serviço	Prestação de serviço de desenvolvimento institucional, por intermédio da realização de um curso de pós-graduação <i>Strictu Sensu</i> (Mestrado), conforme projeto de ensino elaborado junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), para uma turma de 25(vinte e cinco) servidores.	900.000,00	900.000,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)					900.000,00



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 18 de 37

ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) PARA REALIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (MESTRADO) EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. (PROCESSO Nº 00600-00004158/2023-85-E).

A Universidade de Brasília com sede Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte-Brasília-DF, criada pela Lei 3.998, de 15/12/61, instituída pelo Decreto 500, de 15/01/62, inscrita no CNPJ sob o nº 00038174/0001-43, sediada no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília- DF, neste ato representada por sua **Magnífica** Reitora, **Profª. Márcia Abrahão Moura**, residente e domiciliada em Brasília- DF, portadora da Carteira de Identidade nº 960.490 – SSP/DF e do CPF 334.590.531-00, credenciada por Decreto Presidencial de 19/11/2020, publicado no D.O.U de 20/11/2020, doravante denominada **CONTRATADA**, e o **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL-TCDF**, instituição permanente, essencial à função de órgão fiscalizador e controlador da administração financeira e orçamentária do Distrito Federal, com sede em Brasília – DF, End. Zona Cívico- Administrativa, Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, Asa norte, Brasília-DF, CEP.: 70075-901, inscrito no CNPJ nº 00.534.560/0001-26, denominado **CONTRATANTE** neste ato representado pelo representante legal, **na forma do seu Regimento Interno e Portaria TCDF nº 15, de 6 de janeiro de 2023, artigo 1º, inciso XII, Senhor Paulo Cavalcanti de Oliveira**, credenciado, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23106.104406/2022-00, sujeitando-se à Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste instrumento a contratação da **Fundação** Universidade de Brasília (UnB) para a **prestação de serviço de desenvolvimento institucional, por intermédio da realização de um** Projeto de Ensino intitulado **Mestrado Profissional em Administração Pública (MPA), do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), destinado ao desenvolvimento** de servidores do **Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF**.

1.1.1 Para a execução do objeto, foi elaborado o respectivo Plano de Trabalho como parte integrante **(Anexo Único)** deste instrumento independente de transcrição.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 19 de 37

CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 O presente Contrato reger-se-á pelo disposto no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, Decreto Distrital nº 44.330/2023 e legislação correlata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços serão executados de forma indireta pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO E DOS PRODUTOS

4.1 O Plano de Trabalho, Anexo Único ao presente Contrato, em sua versão inicial relacionará os projetos e ações a serem desenvolvidas em decorrência deste Contrato, os quais poderão ser objeto de instrumentos específicos celebrados entre os partícipes. Os trabalhos decorrentes deste Contrato poderão ter os seguintes escopos e características:

- a) Desenvolvimento de até 25 (vinte e cinco) servidores públicos do Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF, ou de Órgãos convidados por esse, para atuarem como agentes de melhorias na gestão de contas.
- b) Com a conclusão do Curso por esses servidores, espera-se que os 25(vinte e cinco) servidores obtenham o grau de Mestre em Administração Pública e os preparem para aperfeiçoar os trabalhos já realizados, além de apoiar no atingimento dos objetivos estratégicos do Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1 Na execução dos projetos e ações decorrentes deste Contrato, as partes se comprometem a:

I – Obrigações da CONTRATADA:

1. encaminhar, formalmente, com a necessária antecedência, as informações, documentos, os recursos e os dados que se façam indispensáveis à adequada execução do Projeto, objeto do presente Contrato, colocando-os à disposição da CONTRATANTE;
2. realizar o processo de seleção dos candidatos e se comprometer a entregar toda documentação dos candidatos selecionados, necessários e exigida, para o processo de efetivação de matrícula junto à UnB.
3. disponibilizar em suas dependências, caso solicitado pelo CONTRATANTE, local apropriado com os equipamentos necessários para a realização das aulas presenciais no decorrer do curso;
4. aprovar o Projeto, segundo os pressupostos legais, e este Contrato perante as instâncias administrativas competentes;
5. executar as atividades visando à implementação e o desenvolvimento do Projeto conforme detalhado no Plano de Trabalho;
6. exercer a condução do ensino e técnica, prestando apoio científico e tecnológico,

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 20 de 37

necessário ao melhor desempenho no desenvolvimento do Projeto;

7. autorizar a participação dos servidores (**docentes e técnicos**) nas atividades deste projeto, conforme relacionados no Plano de Trabalho, nos termos da lei e das normativas próprias que disciplinem a matéria, sem que isto implique em disposição e/ou prejuízos no desenvolvimento das atividades normais e próprias dos indicados;
8. indicar **Coordenador e Gestor, bem como seus substitutos**, encarregado das atividades de assessoramento ao planejamento do Projeto que será responsável pelo acompanhamento, avaliação e fiscalização das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto;
9. acompanhar e avaliar o atendimento dos resultados esperados sobre a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho;
10. emitir diploma, **devidamente registrado e homologado pelo Ministério da Educação**, de conclusão aos participantes que completarem com sucesso o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública - MPA;
11. informar ao TCDF sobre os resultados obtidos no desenvolvimento do curso, apresentando relatório de avaliação ao final do curso (**ou quando solicitado**).
12. Elaborar e apresentar relatórios da execução contendo a descrição das atividades realizadas, de modo a comprovar a efetiva prestação dos serviços de acordo com o estabelecido no presente contrato, sempre que for solicitado e ao final da execução, apresentar relatório final, no prazo não superior a 90 dias após o último pagamento previsto no plano de trabalho;
13. Cumprir as obrigações estabelecidas no Ofício nº __/2023-SELIC/TCDF e seu Anexo;
14. Cumprir as orientações do fiscal/executor do contrato; e
15. Ressarcir à CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei no 14.133/2021, em razão da execução do contrato.
16. A CONTRATADA fica obrigada a manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

II – Obrigações da CONTRATANTE:

1. repassar a **CONTRATADA** os recursos orçamentários e financeiros previstos no cronograma de desembolso, conforme item 10 do Plano de Trabalho (Anexo **Único**), necessários à execução do projeto;
2. participar na supervisão e avaliação das atividades desenvolvidas;
3. encaminhar, formalmente, com a necessária antecedência, as informações, documentos, os recursos e os dados que se façam indispensáveis à adequada execução do Projeto, objeto do presente Contrato colocando-os à disposição da CONTRATADA.
4. avaliar, aprovar e assinar a proposta do Plano de Trabalho (Anexo **Único**) apresentada pela Universidade de Brasília. A indicação ou substituição de novo Coordenador, gestor ou participante da equipe envolvida no Projeto, no decorrer da vigência do projeto, dispensa autorização da CONTRATANTE, podendo ser formalizado por ato da autoridade

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 21 de 37

competente da CONTRATADA, mediante justificativa e juntada da respectiva documentação aos autos do processo relativo ao presente contrato;

5. participar do processo de seleção dos candidatos e se comprometer a entregar toda documentação dos candidatos selecionados, necessários e exigida, para o processo de efetivação de matrícula junto à UnB.

6. disponibilizar em suas dependências, caso necessário, local apropriado com os equipamentos necessários para a realização das aulas presenciais no decorrer do curso.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

6.1 Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, consoante ao disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, a critério dos partícipes, por Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado, previamente e por escrito, em até 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

6.2 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto ajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MODIFICAÇÃO

7.1 O presente instrumento poderá a qualquer tempo ser modificado, exceto quanto ao seu Objeto, ou ainda acrescido, mediante Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado, previamente e por escrito, por uma das partes, devendo em qualquer caso haver a anuência da outra parte com a alteração proposta.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

8.1 O presente Contrato poderá ser denunciado ou rescindido, de pleno direito, unilateralmente, no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, a qualquer tempo, mediante notificação escrita ao outro partícipe, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

8.2 Eventual denúncia ou rescisão deste Contrato não prejudicará o cumprimento do objeto dos instrumentos específicos dele decorrentes e que já tenham sua execução iniciada, os quais manterão seu curso normal até o final de seu prazo de vigência, de acordo com os planos de trabalhos, permanecendo os partícipes titulares dos respectivos direitos e obrigações.

CLÁUSULA NONA – DOS VALORES E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 O valor da prestação dos serviços é de **R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), a ser pago conforme detalhamentos previstos nos itens 7, 8 e 10 do Plano de Trabalho, segundo os seguintes desembolsos previstos:**

9.1.1. O valor de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a ser pago no exercício financeiro de 2023, após assinatura do contrato;**

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 22 de 37

9.1.2. O valor de **R\$ 450.000,00** (quatrocentos e cinquenta mil reais), a ser pago no exercício financeiro de 2024;

9.1.3. O valor de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais), a ser pago no exercício financeiro de 2025.

9.2 **As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE**, na natureza de despesa ____, classificação funcional-programática __ e fonte de recursos _____.

9.3 Todas as despesas com os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

9.4 **O valor contratado é fixo e irrevogável e deverá ser aplicado integralmente pela CONTRATADA, em conformidade com o Plano de Trabalho - Anexo Único.**

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização e o controle da execução dos serviços serão exercidos por comissão ou servidor da CONTRATANTE, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo o mesmo franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato.

10.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

10.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE:

10.3.1 Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

10.3.2 Sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado pelos fabricantes dos equipamentos relacionados ou, ainda, que estejam em desacordo com o contrato assinado, ou que possam atentar contra o sigilo de informações e a segurança de pessoas ou de bens do CONTRATANTE.

10.4 O serviço rejeitado por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de instrumentos aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

10.5 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste TCDF em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.6. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 23 de 37

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será em 3(três) parcelas, conforme disposto na Cláusula Nona do presente Termo de Contrato e em bem cumprido e atendido as etapas previstas no Plano de Trabalho – Anexo Único.

11.2 Ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA protocolizará Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços regularmente prestados, a qual, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

11.3. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03/07/2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/2005, de 30/09/2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

11.4. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/2009 da então Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

11.5. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Fazenda do Distrito Federal, a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

11.6. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

11.7. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado nesta Cláusula, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getulio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

11.8. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.9. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA caso o(s) serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em) substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

11.10. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo,

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 24 de 37

visar à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

12.1 A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor da contratação, a saber:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de 12% (doze por cento);
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 15% (quinze por cento);
- III - dar causa à inexecução total do contrato: multa de 20% (vinte por cento);
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: multa de 12% (doze por cento);
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% (vinte por cento);
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% (vinte por cento);
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: 0,5% (cinco décimos por cento), por cada dia de atraso, sobre o valor do contrato, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre aquele valor;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);
- X - comportar-se de modo inidôneo: multa de 15% (quinze por cento);
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 20% (vinte por cento);
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).

12.2. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa, a sanção de advertência.

12.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada à CONTRATADA pelas infrações administrativas previstas nos tópicos II, III, IV, V, VI e VII do item 12.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a CONTRATADA de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada à CONTRATADA pelas infrações administrativas previstas nos tópicos VIII, IX, X, XI e XII do item 12.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a referida no item 12.3, e impedirá a CONTRATADA de licitar



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 25 de 37

ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.5. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

12.6. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente da CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.7. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão observadas as disposições constantes nos arts. 157 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

13.1.1 Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Termo de Referência nº 11/2023.

13.1.2 o atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.1.3 o não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;

13.1.5 a decretação de falência;

13.1.6 a dissolução da sociedade;

13.1.7 a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste instrumento contratual;

13.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Instrumento contratual;

13.1.9 subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato; e

13.1.10 uso ou emprego da mão de obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 26 de 37

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 O presente Contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do DF, às expensas do CONTRATANTE e no Diário Oficial da União, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre os partícipes, formalizados por meio de correspondência.

15.2 Os casos omissos deste Contrato serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao cumprimento deste Contrato.

16.2 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Instrumento Contratual, do qual se extraíram 2 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 27 de 37

ANEXO ÚNICO AO TERMO DE CONTRATO – PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO PARA PROJETOS COM RECURSOS FINANCEIROS

PROJETO DE ENSINO - MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA TCDF

1- CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO

- ☐ Ensino
- ☐ Pesquisa
- ☐ Extensão
- ☒ Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Administração Pública - Turma TCDF
- ☐ Desenvolvimento Institucional

2- TIPO DE INSTRUMENTO PROCESSUAL

- ☐ Acordo
- ☐ Convênio Tripartite
- ☐ Termo de Execução Descentralizada
- ☒ Contrato
- ☐ Outro

3-DADOS CADASTRAIS DA UNB

Órgão/Entidade Proponente:	C.N.P.J:			
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UnB	00.038.174/0001-43			
Endereço:				
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO – PRÉDIO DA REITORIA - ASA NORTE				
Cidade:	UF:	CEP:	Telefone:	UG/ Cód.Gestão:
Brasília	DF	70910-900	(61) 3107-0246	154040 / 15257

Termo de Referência nº 11 / 2023

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 28 de 37

Banco Banco do Brasil - 001	Agência: 1607-1	Conta Corrente: 170.500-8	Praça de Pagamento Brasília
Nome do Representante Legal: Profa. Márcia Abrahão Moura	CPF: 334.590.531-00		
CI/ Órgão Exp./ Emissão: 960.490 SSP/DF Expedição 01/08/1995	Cargo: Professora	Função: Reitora	Matrícula UnB: 145378
E-mail: unb@unb.br			
Nome do Supervisor(a) Academico(a) do Projeto: Marina Figueiredo Moreira	CPF: 004.820.601-66		
CI / Órgão Exp. / Emissão: 2095992-SSP-DF	Cargo: Professor	Função:	Matrícula UnB: 1041584
E-mail: marinamoreira.adm@gmail.com	Telefone: 61-31070759		

4-DADOS CADASTRAIS DO PARTÍCIPE

Tipo: (x) Público () Privado	2 – Nome / Razão Social: Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF	3 - CNPJ: 00.534.560/0001-26
Endereço sede (Av., Rua, Nº, Bairro): Praça do Buriti s/n, Palácio Costa e Silva - 2º andar - Praça do Buriti - Asa Norte		
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70075-901
(DDD) Telefone: 61- 3314.2346		(DDD) FAX:

Termo de Referência nº 11 / 2023

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 29 de 37

Nome do Representante Legal: Paulo Cavalcanti de Oliveira e-mail: coosep.gab@tc.df.gov.br	CPF:
CI/ Órgão Exp./ Emissão:	Cargo: Secretário-Geral de Administração

5- DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	Período de Execução	
	Início	Término
PROJETO DE ENSINO - MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA TCDF	Data da assinatura	36 (trinta e seis) meses após assinatura

Valor total**R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)****Objetivo**

O presente Contrato tem por objeto a oferta do projeto de ensino intitulado Mestrado Profissional em Administração Pública (MPA). Atividades acadêmicas destinadas ao desenvolvimento e à profissionalização dos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como o desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o ensino e pesquisa, treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias, conhecimentos e, especialmente, o planejamento e desenvolvimento institucional por intermédio da realização de curso de Mestrado Profissional em Administração Pública para até 25 (vinte e cinco) servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e 3 (três vagas) destinadas a pessoas oriundas da comunidade com titulação de mestrado *strictu sensu* de acordo com os critérios e objetivos do MPA, com as regras da UnB e os objetivos sociais do ensino superior público, totalizando 28 vagas, com oferta de disciplinas em formato híbrido, remoto ou presencial, conforme normas vigentes da Universidade de Brasília.

Justificativa

A capacitação em Administração Pública visa a formação de profissionais qualificados e aptos para atuar em funções gerenciais de maior complexidade, desenvolvendo visão estratégica da atuação institucional a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Administração como um todo. Contribui ainda para a melhoria da qualidade da prestação de

Termo de Referência nº 11 / 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Escola de Contas Públicas - ESCON
Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 30 de 37

serviços públicos, com eficiência, eficácia, excelência, transparência e ética.

Partindo da necessidade de formação continuada do profissional do Tribunal de Contas do Distrito Federal, para maior eficiência na prestação do serviço público, foi estabelecida parceria entre o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Universidade de Brasília para a disponibilização/oferta de curso de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado profissional em Administração Pública no período de 2022 a 2025, visando a formação de seus servidores. Essa parceria será viabilizada por meio da celebração do presente Contrato. A parceria alinha-se aos interesses estratégicos da instituição, na medida em que atende tanto às necessidades do Tribunal, tendo em vista os objetivos institucionais de desenvolvimento dos servidores no que se refere à elaboração, implementação e avaliação de programas e políticas que resultem em serviços de maior qualidade e contribuição à sociedade, com o aprimoramento profissional do servidor público para o exercício de atividades de gestão do órgão.

A presente proposta é, sem dúvida alguma, uma oportunidade excepcional de cooperação em âmbito educacional entre uma instituição respeitada como o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Universidade de Brasília, que visa alcançar seus objetivos de fomentar a pesquisa, a produção do conhecimento e a inovação, melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos, desenvolver competências individuais em função das finalidades institucionais e de valorizar o servidor por meio de incentivos à capacitação, consoante previstos nas normas internas de capacitação e nos documentos de planejamento estratégico do órgão.

Importante ressaltar que a expertise dos Docentes (da UnB e de Órgãos parceiros que poderão vir a ser convidados) servirá como guia motor dos debates, culminando com práticas organizacionais mais bem desenhadas, planejadas e executadas à luz dos conhecimentos que forem sendo adquiridos ao longo do curso. Ressalta-se, também, o know-how histórico já consolidado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Administração (PPGA) da UnB na proposição e oferta de cursos de Mestrado desta natureza, favorecendo a transmissão dos conhecimentos científicos produzidos a questões do cotidiano laboral, com a contínua formação de gestores públicos, de acordo com os instrumentos legais regulamentados pelo Ministério da Educação e afins.

Uma pós-graduação *stricto sensu*, como é o mestrado profissional, incentiva a criação de espaços para discussão, compreensão e inovação das práticas gerenciais comprometidas da instituição para o exercício da gestão pública de maneira eficiente, ética e cidadã, na perspectiva de um processo contínuo de modernização de suas práticas administrativas.

De outra sorte, cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração Pública são reconhecidamente importantes espaços para discussão, compreensão e inovação das práticas gerenciais comprometidas para o exercício da gestão pública de maneira eficiente, ética e cidadã, na perspectiva de um processo contínuo de modernização do Estado. Outrossim, ainda contribui para fomentar a interação entre a atividade policial e a atividade acadêmica, a fim de que o conhecimento empírico e a experiência profissional do servidor sejam instrumentalizados em forma de pesquisa científica. A realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com destaque para aqueles de caráter profissional, que objetivam conciliar teoria e prática laboral, tem por objetivo fomentar a gestão do capital intelectual da instituição, além de contribuir com a valorização do servidor do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Resultados Esperados

Espera-se com a conclusão do curso a formação de um corpo de servidores capacitados a atuar no planejamento, mensuração e revisão das políticas públicas elaboradas e administradas pelo TCDF e suas ramificações. Ademais, espera-se a consolidação de um reservatório de conhecimentos propícios à formação de um portfólio de pesquisas indispensáveis ao suporte e à elaboração de novos projetos A

Termo de Referência nº 11 / 2023

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 31 de 37

interlocução com a pesquisa acadêmica, principalmente na área de gestão, é uma das ferramentas desse processo de desenvolvimento institucional. Essa vertente permite coletar e produzir conhecimento científico que possa contribuir com o desenvolvimento do TCDF. O tema a ser tratado, administração pública, é transversal e essencial para a construção de um Estado moderno que consiga superar o desafio de entregar melhores serviços com menores custos. Os servidores são, assim, desafiados a inovar, aplicando o conhecimento desenvolvido para alterar os processos de trabalho tradicionais.

6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Ação	Unidade Responsável	Prazo Limite
1	Divulgação de edital de seleção para os participantes e condução de processo seletivo para seleção dos candidatos ao curso de Mestrado Profissional.	UnB	01/06/2023
2	Oferta de 24 créditos (totalizando 360 horas/aula) entre disciplinas obrigatórias e optativas, para os alunos do curso. A oferta será distribuída em até três períodos letivos.	UnB	08/2023 a 12/2025
3	Condução de orientações individualizadas para cada docente inscrito no curso.	UnB	08/2023 até 07/2025
4	Realização de uma banca de qualificação para cada docente inscrito no curso.	UnB	até o 14º mês a partir do início do curso
5	Realização de uma banca de defesa final para cada docente inscrito no curso.	UnB	até o 24º mês a partir do início do curso
6	Submissão de artigos científicos em congressos nacionais e internacionais ou revistas científicas sob a forma de produção qualificada pelo Qualis CAPES Administração.	UnB	de 08/2023 até 12/2025
7	Relatório de Cumprimento do Objeto.	UNB/TCDF	03/2026

Etapas	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
1	Divulgação de edital e período de inscrições	Editais	1	R\$ 33.827,16	R\$ 33.827,16	06/2023	07/2023

Termo de Referência nº 11 / 2023

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 32 de 37

2	Avaliação do plano de curso (processo seletivo) e prova oral	Seleção	A definir	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	07/2023	08/2023
3	Previsão de divulgação do resultado final da seleção	Resultado final	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	08/2023	08/2023
4	Confirmação de ingresso dos candidatos aprovados	Alunos	Até 28	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	08/2023	08/2023
5	Coordenação, oferta de aulas e de orientações para os selecionados (primeiro semestre)	Créditos	12	R\$ 186.172,84	R\$ 186.172,84	08/2023	12/2023
6	Coordenação, oferta de aulas e de orientações para os selecionados (segundo semestre)	Créditos	8	R\$ 240.022,23	R\$ 240.022,23	02/2024	07/2024
7	Coordenação, oferta de aulas e de orientações para os selecionados (terceiro semestre)	Créditos	4	R\$ 230.911,11	R\$ 230.911,11	08/2024	12/2024
8	Coordenação e orientações para os alunos até a defesa de dissertação	Alunos	Até 28	R\$ 179.066,66	R\$ 179.066,66	08/2023	07/2025

Termo de Referência nº 11 / 2023

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 33 de 37

O curso de Mestrado em Administração Pública compreende 360 horas/aula (equivalente a 24 créditos da Universidade de Brasília). Estas horas-aula se dividem entre cinco disciplinas obrigatórias (Grupo A), que compreendem 240 horas/aula, e um conjunto de disciplinas optativas a serem escolhidas em momento oportuno. Entre as disciplinas optativas, que compreendem as demais 120 horas/aula. Há uma lista das que possuem ementas pré-definidas (Grupo B) que podem ser escolhidas livremente pelo órgão patrocinador. Há, ainda, disciplinas com ementas livres (Grupo C) que podem ser customizadas para atender a temas emergentes de interesse dos órgãos patrocinadores. Embora a carga horária mínima do curso seja de 360 horas/aula, prevê-se a oferta de até 510 créditos, de forma a permitir a escolha individualizada de optativas pelos alunos. Para o TCDF, a grade específica a ser ofertada será:

Grupo A. Disciplinas obrigatórias (240 horas/aula - 16 créditos)

- Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicadas à Administração (30h);
- Estatística Aplicada à Administração (60h);
- Administração e Estratégia em Organizações (60h);
- Administração Pública Contemporânea (60h);
- Oficina de Elaboração de Dissertação (30h).

Grupo B. Disciplinas optativas de ementa fechada - (120 horas/aula - 8 créditos)

- Administração Pública Comparada (60h);
- Competência e Aprendizagem em Organizações (60h);
- Educação Corporativa, Elaboração e Avaliação de Programas e Projetos Sociais (60h);
- Estado, Governo e Políticas Públicas (60h);
- Formulação de Políticas Públicas (60h);
- Gestão de Pessoas e Trabalho (60h);
- Gestão da Informação e do Conhecimento (60h);
- Gestão, Estratégia e Responsabilidade Social (60h);
- Inovação em Serviços (60h);
- Métodos de Análise Multivariada (60h);
- Modelos de Análise de Política Orçamentária (60h);
- Modelos de Avaliação de Programas Governamentais (60h); e
- Mudança Organizacional, Poder e Cultura nas Organizações (60h).

Grupo C. Disciplinas optativas de ementas customizáveis - (120 horas/aula - 8 créditos)

- Tópicos Especiais em Administração Contemporânea (30h) - Inovação em serviços públicos;
- Tópicos Especiais em Administração de Organizações (30h) - Teorias críticas para mudança e inovação em organizações públicas; e
- Seminários de Pesquisa em Administração (60h).

7- PLANO DE APLICAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO FINAL DE RUBRICAS, POR ELEMENTO DE DESPESA, NO PLANO DE TRABALHO		
3.3.90.36	Despesas totais com Pessoa Física (pagamentos de GECC para custeio da equipe de docentes)	R\$ 653.000,00

Termo de Referência nº 11 / 2023

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 34 de 37

3.3.90.20	Auxílio Financeiro a Pesquisador (pagamentos em Bolsa de Apoio Técnico para técnicos da UnB)	R\$ 97.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Custos indiretos de que trata a Resolução do CAD n. 0045/2014*. Amparo legal: § 2º do art. 8 do Decreto nº 10.426 de 16/07/2020.	R\$ 150.000,00
TOTAL: R\$ 900.000,00		

8 -DETALHAMENTO DE DESPESAS - Pagamentos a pessoas físicas - Item 1

GECC e Auxílio Financeiro a Pesquisador - Pesquisadores previamente selecionados -Quadro A e B (UnB e Externos)					
Nome	Matrícula ou CPF	Função no projeto	Vínculo / Instituição	Valor total a receber	Forma de pagamento
Marina Figueiredo Moreira	Mat. 1041584 CPF: 004820601-66	Coordenação Técnica	Docente - UnB	310 horas a R\$ 400,00	GECC
Arnaldo Mauerberg Júnior	Mat. 1115863 CPF: 328679788-45	Coordenação Pedagógica	Docente - UnB	310 horas a R\$ 400,00	GECC
Adalmir de Oliveira Gomes	Mat. 1063464 CPF:862731596-53	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Antônio Isidro da Silva Filho	Mat. 1044869 CPF:858427881-87	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Arnaldo Mauerberg Júnior	Mat.1115863 CPF: 328678788-45	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Caio César Medeiros da Costa	Mat. 1097652 CPF:063582656-95	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Carlos André de Melo Alves	Mat. 1101421 CPF:716763174-49	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Diana Vaz de Lima	Mat.203092 CPF:532738941-49	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Francisco Antônio Coelho Júnior	Mat. 1036424 CPF:034079276-06	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
João Mendes da Rocha Júnior	Mat. 1078837 CPF:958185537-87	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC

Termo de Referência nº 11 / 2023

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 35 de 37

Luciano Rossoni	Mat.SIAPE 1206020 CPF 077.100.857-09	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Marina Figueiredo Moreira	Mat. 1041584 CPF:004820601-66	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Tomás de Aquino Guimarães	Mat. 149.845 CPF 008.434.311-72	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Suylan de almeida Midlej e Silva	Mat. 1041932 CPF:517141675-34	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
A Designar	A Designar	Apoio Técnico à Pesquisa - PD&I e extensão- A	UnB	22xR\$2.000,00= R\$44.000,00	Bolsa pesquisador Apoio Técnico PD&I - A
A Designar	A Designar	Apoio Técnico à Pesquisa - PD&I e extensão- A	UnB	22xR\$1.500,00= R\$33.000,00	Bolsa pesquisador Apoio Técnico PD&I - A
A Designar	A Designar	Apoio Técnico à Pesquisa - PD&I e extensão- A	UnB	10xR\$2.000,00= R\$20.000,00	Bolsa pesquisador Apoio Técnico PD&I - A

Pesquisadores a selecionar no decorrer do projeto - Quadro C

A definir - Pesquisador A	A designar no decorrer do curso (orientadores de mestrado – etapa qualificação) - Os professores que ministraram as disciplinas previstas no curso e já indicados no quadro I, serão também orientadores dos discentes, de acordo com a área da pesquisa. Ao concluir a etapa de qualificação das dissertações, cada orientador receberá 10 horas de GECC	GECC
---------------------------	---	------

Termo de Referência nº 11 / 2023

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 36 de 37

	(Orientação de monografia) a R\$ 387,86. Total: R\$ 108.600,00.	
A definir - Pesquisador A	A designar no decorrer do curso (orientadores de mestrado – etapa defesa final) - Os professores que ministraram as disciplinas previstas no curso e já indicados no quadro I, serão também orientadores dos discentes, de acordo com a área da pesquisa. Ao concluir a etapa de defesa final das dissertações, cada orientador receberá 16 horas de GECC (Orientação de monografia) a R\$ 400,00. Total: R\$ 179.200,00.	GECC

9 - PERCENTUAL DE PARTICIPANTES VINCULADOS À UnBA - Quantidade de pessoas vinculadas à UnB - **15**B - Quantidade de pessoas externas à UnB - **03**C - Total de participantes envolvidos no projeto (A+B) = **18**D – Percentual de participantes vinculados à UnB (A/C x 100) = **83,33%****10 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (EM REAIS)**

Concedente ou contratante

Código	Especificação	Parcela 1 (Para custeio do processo seletivo e disciplinas de primeiro semestre)	Parcela 2 (Março de 2024)	Parcela 3 (Março de 2025)
33.90.36	Despesas totais com Pessoa Física (pagamentos de GECC para custeio da equipe de docentes)	R\$ 170.000,00	R\$ 360.000,00	R\$ 123.000,00
33.90.20	Auxílio Financeiro a Pesquisador (pagamentos em Bolsa de Apoio Técnico para técnicos da UnB)	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 27.000,00

Termo de Referência nº 11 / 2023

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Escola de Contas Públicas - ESCON

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas - COOSEP

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 37 de 37

33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Custos indiretos de que trata a Resolução do CAD n. 0045/2014*. Amparo legal: § 2º do art. 8 do Decreto nº 10.426 de 16/07/2020.	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Total por período		R\$ 250.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 200.000,00

Este documento deverá ser assinado por:

- Coordenador(a) do Projeto UnB ou Gestor(a) do Projeto UnB; e
- Representantes Legais da UnB e do TCDF.